



FRA Comunicado de imprensa  
Viena, 30 de maio de 2016

## **Crise migratória põe à prova compromisso da UE com os direitos fundamentais, conclui Relatório sobre os Direitos Fundamentais 2016 da FRA**

**Mais de um milhão de pessoas procuraram refúgio na União Europeia em 2015, cinco vezes mais do que no ano anterior. Em seu Relatório sobre os Direitos Fundamentais 2016, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) analisa a dimensão e a natureza deste desafio e propõe medidas para assegurar o respeito pelos direitos fundamentais em toda UE.**

*«No ano passado, o compromisso da UE com os direitos fundamentais passou por uma dura prova, com ataques a uma série de liberdades, direitos e valores que fundaram a Europa», afirma o Diretor da FRA, [Michael O'Flaherty](#). «A UE e seus Estados-Membros têm de manter-se firmes na defesa dos direitos juridicamente assegurados a todas as pessoas, dos que vivem na UE há várias gerações àqueles que tenham chegado recentemente às costas europeias.»*

O presente Relatório anual sobre os Direitos Fundamentais destaca os desafios e conquistas sob um vasto espectro de questões relativas aos direitos fundamentais na UE. Muitas das questões abordadas pelo relatório deste ano serão discutidas mais a fundo durante o [Fórum dos Direitos Fundamentais de 2016](#), que acontecerá do dia 20 à 23 de junho em Viena.

- Com 60 milhões de deslocados forçados em todo o mundo, a **situação migratória** deverá permanecer no topo da agenda da UE. A maioria dos refugiados que vem para a Europa, muitos deles crianças, arrisca a vida ao pagar contrabandistas para atravessar o mar em embarcações sobrelotadas e precárias.
- Registrou-se um crescente número de **incidentes de racismo e xenofobia** em muitos Estados-Membros, alimentados pelos receios instigados pela situação migratória e por vários ataques terroristas. O relatório da FRA constata que as comunidades muçulmanas e judaicas foram particularmente afetadas.
- Mais uma vez, os ataques terroristas demonstraram a dificuldade de encontrar um equilíbrio justo entre a proteção dos **dados pessoais e da privacidade** e a manutenção da segurança interna. Vários Estados-Membros da UE estão em processo de reformar seu quadro jurídico em matéria de informações, o qual poderá, eventualmente, aumentar os poderes intrusivos destes serviços.

O relatório pode ser acessado aqui: [Relatório sobre os Direitos Fundamentais 2016](#)

**Para mais informações, por favor contactar:** [media@fra.europa.eu](mailto:media@fra.europa.eu)

Tel.: +43 1 580 30 642

**Notas aos editores:**

- O Relatório sobre os Direitos Fundamentais 2016 sintetiza e analisa os desenvolvimentos mais importantes em matéria de direitos fundamentais na União Europeia ao longo de 2015, apresentando propostas de ação em domínios como a igualdade e a não discriminação; o racismo, a xenofobia e a intolerância associada a estes fenómenos; a integração dos ciganos; a sociedade da informação, privacidade e proteção de dados; os direitos da criança; o acesso à justiça, incluindo os direitos das vítimas de crimes.
- A FRA presta consultoria aos decisores políticos nacionais e da UE baseada em dados factuais, contribuindo, desse modo, para esclarecer e orientar os debates e políticas no domínio dos direitos fundamentais.